

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.*

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

O custo da democracia

Na entrevista exclusiva que concedeu ao **CORREIO BRAZILIENSE**, publicada na edição do último domingo, o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, traçou um quadro da realidade parlamentar rico em sugestões políticas e original em seu conteúdo didático. É o Poder Legislativo o órgão da trindade operacional do Estado mais exposto à crítica da sociedade e sujeito a um julgamento por meio de conceituações quase sempre inaplicáveis às hipóteses de seu mister institucional. Não só a escassa formação política do povo explica o fenômeno, mas, também, o próprio fato de o Congresso Nacional exprimir com maior intensidade e legitimidade o sistema representativo democrático.

São fatores de semelhante textura que tornam imperativa a permanente vigilância da própria instituição sobre o comportamento de seus membros e a ação conjugada de todos para fazê-la cada vez mais ágil e politicamente eficaz. Todavia, não se pode ignorar as peculiaridades congênicas de um colegiado chamado a legislar sobre o mosaico multifário da sociedade brasileira. Compor os interesses dos vários segmentos sociais, adensados em uma população estimada em 140 milhões de almas, onde coexistem nos extremos o índio e o operário especializado da grande indústria, o pequeno produtor rural da fronteira amazônica e o dirigente de modernos complexos tecnológicos, é uma operação obviamente complexa e sujeita a inevitáveis percalços.

O presidente da Câmara reflete com exatidão a ordem de grandeza dos problemas aqui enfocados ao analisar, por exemplo, o processo de tramitação de emendas constitucionais. Com a clareza matemática dos números, explica que o processo de emenda à Carta exige para cada uma delas o exame prévio de comissão composta de 17 parlamentares, encarregada de oferecer parecer de mé-

rito. Se, acaso, houver alguma iniciativa no sentido da proposição de 20 emendas, nada menos de 340 deputados deverão ocupar-se da matéria, ou seja, dois terços da Câmara. Uma hipótese assim imobilizaria a Casa por um tempo dificilmente estimável, além de embaraçar a tramitação de todas as matérias anteriormente encaminhadas a exame e deliberação.

Além disso, a demanda plural dos interesses sociais encontra no Congresso suas vinculações representativas, como convém ao funcionamento de um regime baseado no pacto social com a cidadania. Então, o primeiro impacto político ocorre em função da necessidade de estabelecer um mínimo de coerência na composição dos múltiplos anseios. Há de prevalecer o fato irrecusável de que a Constituição não pode ser a expressão da vontade unilateral, mas o abrigo de garantias médias a todos os cidadãos. Ibsen Pinheiro enxerga a existência de uma grande divisão conjuntural na sociedade, que se projeta inexoravelmente no posicionamento das diversas vertentes doutrinárias com assento na Câmara e no Senado. E agrega-se, aí, um novo complicador político no processo de tramitação de emendas constitucionais.

Serve o conhecimento da realidade exposta pelo presidente da Câmara para ampliar o esforço atual pela restauração de credibilidade do Legislativo. Útil a essa grande tarefa foi a revelação de que os gastos da instituição significam 0,25 por cento do Orçamento Geral da União, ou seja, 15 vezes menores do que as despesas com o gabinete da Presidência da República. Vê-se, por essa forma, que o funcionamento do regime democrático no Brasil custa uma singelíssima contribuição da sociedade, algo em torno de uma carteira de cigarros por dia. Outro dado, seguramente, destinado a desarmar prevenções contra o Poder Legislativo e os seus membros.